



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo

Comissão Nacional de Alfabetização

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, foi aberta a quinta Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença dos seguintes membros e suplentes: Célio da Cunha, Jane Paiva, José Carlos Victorino de Souza, Justina Iva de Araújo Silva, Maria Aparecida Schumacher, Maria Aída Bezerra Costa, Maria Clara Di Pierro, Maria Cristina Vargas e Neroaldo Pontes de Azevedo. Participaram também da reunião o Sr. Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, Professora Claudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-Geral de educação de Jovens e Adultos, Professora Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral de Pedagogia de Alfabetização e EJA, Professor Timothy Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos. A sessão foi presidida pelo Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo, Sr. Ricardo Henriques, que, após dar as boas-vindas e agradecer a presença dos membros e suplentes, solicitou uma rápida apresentação dos membros da Comissão e da equipe da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos presentes na reunião. Em seguida, distribuiu a ata da última reunião da Comissão e, devido ao atraso no início da sessão, propôs que fosse lida e assinada no final da tarde. Em seguida, foi apresentada a pauta dos assuntos do dia: a) informes; b) apresentação dos critérios a serem adotados na análise dos projetos apresentados ao Programa Brasil Alfabetizado; c) Década de Alfabetização da ONU (breve apresentação do Dr. Adama Ouane, Diretor do Instituto de Educação da UNESCO em Hamburgo/ Alemanha); d) discussão sobre formas de acompanhamento do Programa Brasil Alfabetizado pela Comissão; e) ampliação da abrangência conceitual da Comissão e das entidades representadas; e f) aprovação da ata da reunião anterior. O Secretário iniciou sua explanação informando que o Professor Adama Ouane, um dos principais pesquisadores na área de jovens e adultos no mundo, veio ao Brasil para estreitar laços com a SECAD, e que apresentará as linhas gerais da Década de Alfabetização da ONU, numa perspectiva de interagir com a Comissão. O Secretário, propondo uma inversão da pauta, passou a discutir sobre a necessidade de se reconceituar a Comissão, no sentido de ampliar a capacidade de interlocução da mesma na direção dos novos contornos da Secretaria e para que ela tenha um papel na definição da agenda para a Educação de Jovens e Adultos. Entende que a interlocução com a Comissão Nacional de Alfabetização é fundamental para garantir alguns elementos, tais como o controle de qualidade do processo e o aprofundamento da reflexão sobre as potencialidades de cada região do país, passando pelo desenvolvimento de instrumentos que sejam efetivos para o desenho do Programa e da própria SECAD. Essa mudança conceitual deve ser traduzida em algumas mudanças de procedimentos, como, por exemplo, a realização das reuniões da Comissão fora de Brasília, articuladas a outras atividades que tenham a ver diretamente com a agenda de Educação de Jovens e Adultos. A Professora Jane Paiva ponderou que, nesta Comissão, os segmentos envolvidos na diversidade e na educação de jovens e adultos já se encontram representados. O Secretário esclareceu que a intenção é aumentar o escopo da Comissão de Alfabetização na direção de educação de jovens e adultos,

tendo uma interlocução com a Diretoria de Diversidade, mas tratando, prioritariamente, de EJA. Resumiu, registrando que, sobretudo, deve ser mantida a especificidade desta Comissão e discutida sua expansão para além do estrito foco na alfabetização, verificando as vantagens e desvantagens que essa mudança pode acarretar. O Secretário passou então à apresentação da nova estrutura da SECAD, ressaltando a participação da Comissão na definição do próprio nome da nova Secretaria, que traduz a idéia de educação continuada e a noção de diversidade à frente da idéia de inclusão. Disse ainda que a intenção maior da Secretaria é conseguir institucionalizar no MEC uma abordagem sistêmica a tudo o que se refere à desigualdade educacional. A possibilidade de fazer essa agenda mais sistêmica passa pela compreensão entre educação continuada e diversidade associadas numa única Secretaria. Registrou que, segundo o Professor Adama, não existe uma Secretaria com essa missão em nenhum outro país. Tratando mais especificamente da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, propõe que sejam discutidos pela Comissão meios de enfrentar a maneira segmentada com que o MEC vinha trabalhando a questão, uma vez que havia uma Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, para o programa de alfabetização, e a Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, responsável pela educação de jovens e adultos. Ao trazer isto para uma unidade, sob a responsabilidade de uma única Coordenação Pedagógica, é importante discutir uma abordagem onde não só a continuidade entre alfabetização e aumento da escolaridade seja garantida de forma imediata, mas que se consiga pensar nos instrumentos formais e não formais de educação de jovens e adultos e os desdobramentos relativos à profissionalização. Apresentou, rapidamente, a Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania com suas coordenações (educação no campo, escolar indígena, educação ambiental, diversidade e inclusão educacional e ações educativas complementares), ressaltando que todas essas ações estavam dispersas no MEC, não possibilitando uma abordagem sistêmica, já que não havia diálogo entre elas. Além disso, a SECAD está coordenando toda a agenda de direitos humanos e de juventude do MEC, além de alguns temas transversais que continuam sendo executados por outras Secretarias. Resumindo, concluiu que essas duas Diretorias da SECAD dão a noção de educação continuada, com uma interface permanente em toda a discussão de jovens e adultos em cada recorte temático, e, por outro lado, a discussão em cada recorte sobre educação de jovens e adultos. Segundo o Secretário, é neste contexto que a Comissão de Alfabetização pode vir a ser uma Comissão de Educação de Jovens e Adultos, sendo definidora da qualidade dessa nova agenda e que tenha, em última instância, uma grande função consultiva, de assessoramento e de controle da qualidade dos processos. O Professor Timothy acrescentou que a mudança na duração do programa Brasil Alfabetizado este ano, que aumentou de seis para oito meses, teve o objetivo não somente de aumentar o tempo de alfabetização, que ainda é curto, mas dar uma possibilidade para quem termina essa primeira fase de poder imediatamente se matricular na educação de jovens e adultos. A idéia é criar mecanismos que facilitem ao aluno que participou do processo de alfabetização prosseguir na fase seguinte. A educação continuada deve ser o princípio norteador de todo o trabalho do MEC na área de educação. O Secretário destacou alguns recortes que não seriam tão evidentes, mas que estão no âmbito da SECAD: pescadores; educação no sistema prisional; quilombolas. O maior problema é que, assumindo a responsabilidade de coordenar todas estas ações, é necessário criar instrumentos que sejam capazes disso. Exemplificando, falou que existem comunidades quilombolas com cento e cinquenta pessoas, e para tanto, é necessário criar instrumentos que viabilizem alcançar essas populações, e esses instrumentos não são apenas do campo normativo do MEC. Se não for feito um avanço na interação com os estados, com os municípios e com a sociedade civil organizada, o objetivo não será alcançado. O Professor Célio da Cunha fez duas observações. Primeiramente, levantou que o componente cultural presente na SECAD requer um diálogo com o Ministério da Cultura, no grande projeto cultural que exige que o povo brasileiro se acerte com a sua origem negra, indígena e européia. Alertou que, no Brasil, não há notícia de um diálogo mais sistemático entre educação e cultura, e que talvez essa seja a oportunidade. A segunda observação diz respeito ao fato de que uma boa parte da política a ser

desenvolvida tem a ver com a mídia, posto que o MEC receberia uma grande colaboração se as questões da discriminação, da alfabetização, dos direitos humanos, da diversidade e cidadania fossem trabalhadas na mídia. O Professor Neroaldo sugeriu um encontro formal com a Secretaria de Educação Básica por conta da produção e distribuição de livros, não apenas do material didático para a educação de jovens e adultos e alfabetização, mas os próprios livros didáticos do ensino fundamental e do ensino médio. Alertou que a escolha do livro está a cargo da SEB, mas que os conteúdos, muitas vezes, são contrários ao que está sendo discutido nessa reunião e é preciso estar atento pra isso. O Professor Célio informou que está em fase de concepção pela UNESCO, envolvendo também o Ministério da Justiça, a realização de uma reunião, não apenas com os editores de livros didáticos, mas com os seus autores. A idéia é colocar, à disposição desses autores, algumas das questões consideradas imprescindíveis de serem tratadas nos diferentes livros didáticos. A SECAD foi convidada para tomar parte desta reunião, sendo imediatamente aceito pelo Secretário, que lembrou que poderia colocar à disposição dos autores, por meio da associação dos autores de livros didáticos, materiais pra que eles pudessem ampliar a dimensão educativa dos livros didáticos nas direções ora levantadas. A Professora Maria Clara falou que concorda que a universalidade não se fará sem ações afirmativas em relação aos grupos socialmente discriminados. Na sua opinião, o nó da questão está no relacionamento entre a SECAD e a Secretaria de Educação Básica, questionando como a SECAD está pensando de uma maneira orgânica esta articulação. O Professor Timothy pontuou que, mais do que possibilitar a continuidade, a SECAD possui o desafio de criar uma concepção muito mais abrangente da educação. Completou dizendo que entende que não se pode tratar só de escolarização, embora haja uma preocupação com a alfabetização, com o ensino fundamental e a ligação com o ensino médio e o profissionalizante. Essa preocupação é fundamental, mas, ao mesmo tempo, não se pode reduzir a educação de jovens e adultos à escolarização, por isso é necessário construir um conceito mais amplo, buscar novos espaços de aprendizagem, ampliar a discussão, em que a questão da cultura é absolutamente essencial. Lembrando a reunião passada, a Professora Jane Paiva coloca que essa vinculação é tão necessária com a cultura quanto com as políticas que vêm sendo desenvolvidas, como os programas de biblioteca nas escolas. Ressaltou que apenas dezessete por cento das escolas brasileiras têm alguma sala que se assemelha a uma biblioteca ou, pelo menos, a um canto de leitura. Nenhum processo de aprendizagem e de avanço da formação de leitores e escritores do seu próprio texto acontece se a pessoa não corre o risco de ler o texto dos outros e é capaz de dizer a sua palavra. Relembrando que havia uma Comissão de Leituração, colocou a necessidade de repensar o programa de leituração da SECAD, cuidando para que fosse elaborado de maneira integrada com as discussões que estão sendo feitas na SEB. A Professora Maria Aída acrescentou que, tão importante quanto a questão da cultura, é a articulação da EJA com o mundo do trabalho, com a educação profissionalizante. O Secretário informou que está sendo realizado um trabalho conjunto entre a SECAD e a Secretaria de Educação Tecnológica e Profissionalizante - SETEC sobre a educação de jovens e adultos profissionalizante, com vistas a dar conteúdo a esta agenda. Com relação ao FUNDEB – Fundo para Desenvolvimento da Educação Básica -, informou que estão sendo feitas discussões para garantir a inclusão da modalidade EJA, logo na primeira fase de implantação do fundo. Outras discussões têm sido realizadas sobre mídia, sistema de multimídias de veiculação, inclusive para Educação de Jovens e Adultos, numa interface do TV Escola, da Secretaria de Educação a Distância com a Secretaria de Multimídia, do Ministério da Cultura e a SECAD. A Professora Justina externou sua preocupação, a partir da experiência de Natal, com a falta de um mapeamento das instituições que trabalham em cada região, uma vez que não há a coordenação por parte do Estado. O resultado é alguns lugares com superposição de entidades e outros descobertos. Em Natal foi criado um Comitê Executivo para esse programa de alfabetização, a ser coordenado pela UNDIME. O Secretário esclareceu que serão distribuídos os mapas dos projetos aprovados em dois mil e quatro e dos alfabetizados em dois mil e três. Serão repassados, também, os cadastros do Bolsa-Família para cada município do Estado, para que auxilie o processo de coordenação do Estado e de mobilização

e identificação dos potenciais beneficiados. A Professora Jane Paiva recordou uma preocupação já colocada na reunião anterior que é a necessidade de coordenação local, envolvendo os sistemas estaduais e municipais de ensino. A discussão foi considerada bastante relevante e a sugestão de adiá-la para o período da tarde foi aceita por todos os presentes. O Professor Timothy, prosseguindo com os informes, falou sobre a preparação para o ENEJA. Primeiramente, relatou sobre a realização de uma reunião com a Organização dos Estados Ibero-Americanos, que demonstrou interesse em participar como patrocinador do ENEJA, financiando o transporte de convidados de outros países para o evento. Registrou, ainda, a possibilidade da participação no evento de um grupo de técnicos que trabalham com alfabetização em Moçambique, já que estariam em visita ao país na mesma época do ENEJA. Finalizando, anunciou que o Ministério da Educação contribuirá para o evento com sessenta mil reais. Dando continuidade, a Professora Margarida informou sobre a reunião da comissão local do ENEJA, realizada no dia dezanove de abril, e que contou com a presença da equipe do Sul, UNESCO, SECAD, MST, UNDIME, CONSED, RAAAB e BRADESCO. Ficou definido que, mesmo com a possibilidade de programações paralelas, o eixo central do evento deverá ser o encontro com os delegados dos fóruns reforçando a visão de que esse é um encontro de representações. Outro ponto levantado na reunião refere-se ao cuidado de que sejam evitadas as agendas políticas do estado, como, por exemplo, assinar parcerias com o Governo Federal ou com o Governo Estadual. Também foi discutida a importância de garantir a presença do Ministro da Educação e, quem sabe do Presidente Lula, na abertura do dia oito de setembro, Dia Internacional da Alfabetização, simbolizando a assunção desta agenda da alfabetização pelo país. Outras discussões para definição da pauta também foram realizadas, com o objetivo de construir coletivamente o encontro, sem deixar de considerar as avaliações feitas dos encontros anteriores. Outro informe dado pelo Professor Timothy foi com relação ao Acordo de Cooperação que o MEC está formalizando com a ABRINQ e a Natura, a ser anunciado no ENEJA, que premiará práticas inovadoras na área de educação de jovens e adultos, para várias categorias. O Professor Célio da Cunha lembrou, que por ocasião do lançamento do Programa Brasil Alfabetizado na Presidência da República, houve uma sugestão de se instituir uma medalha aos trabalhos desenvolvidos pelos municípios. Com relação ao Quarto Encontro Nacional de MOVA que ocorrerá nos dias nove a onze de junho, em Campo Grande, foi informado sobre a participação do Secretário Ricardo Henriques na abertura e sobre a contribuição financeira do MEC. A Professora Margarida esclareceu que o evento tem o objetivo de contribuir com a mobilização do MOVA pelo país, fazendo um intercâmbio com as experiências de Educação de Jovens e Adultos de inserção no sistema, numa interface de educação continuada. A programação também aponta para a discussão de formas de financiamentos, concepções de alfabetização e formação de professores. Há ainda uma preocupação de realizar no encontro uma reunião de gestores de educação de jovens e adultos, com representantes de delegados, das Universidades, da Coordenação Nacional do MOVA visando discutir o rumo do MOVA Brasil. Passando para o terceiro ponto da pauta, o Coordenador Tancredo relatou que houve uma alteração com relação à forma de repasse de recursos para os participantes do projeto. Os Estados e Municípios, contemplados pela Resolução Dezanove, receberão dinheiro a partir da transferência automática, e os Organismos da Sociedade Civil, contemplados por uma outra resolução do FNDE firmarão convênio nos moldes usuais. Foi distribuído um gráfico preliminar representando a quantidade de projetos recebidos até o dia anterior à reunião, que totalizava duzentos e quarenta e oito projetos apresentados para o atendimento a um milhão, trezentos e doze alfabetizando. Dando prosseguimento, o Professor Timothy esclareceu que, no ano passado, aproximadamente cinquenta e oito por cento dos recursos foram para as ONGs e o restante para os municípios e estados. A decisão deste ano é inverter esta lógica e alocar setenta por cento dos recursos para estados e municípios e trinta por cento para as ONGs. Esta decisão implica a necessidade de analisar todos os projetos para mapear as questões regionais, de capilaridade e das metas propostas. Tancredo informou que está sendo realizado o registro de todos os municípios, possibilitando ter a visão das sobreposições de ONGs e das

atuações das secretarias estadual e municipal de educação, na perspectiva de indicar para cada ONG onde será a sua atuação. O Professor Neroaldo ponderou sobre a importância de uma leitura por trás desses números, uma vez que os projetos dos municípios podem estar incluídos no projeto do estado. O Professor Timothy informou que foi elaborado um instrumento para facilitar a análise qualitativa dos projetos, o que auxiliará também no processo de redução de metas e que serão distribuídas cópias para ciência dos membros da Comissão. A Professora Margarida acrescentou que as duas resoluções já indicam parte desses critérios e o instrumento de análise está focado na questão da qualidade, do referencial teórico do projeto e da metodologia. A Professora Justina colocou uma preocupação com relação ao conjunto das instituições que estão fazendo alfabetização, quanto a oferecerem continuidade do ensino ou encaminharem estes alfabetizandos para turmas de EJA. Uma outra preocupação é com relação aos recursos de EJA, que não se alteraram este ano, muitas vezes inviabilizando o acolhimento desses alunos recém alfabetizados, pois não aparecem no Censo Escolar. O Professor Neroaldo reafirmou a necessidade de se delinear um indicador baseado no desempenho anterior no Programa Brasil Alfabetizado, primeiramente para saber o quantitativo de pessoas alfabetizadas com relação à demanda existente no município e, depois, com o próprio aumento na matrícula de EJA este ano, o que poderia mostrar se houve um trabalho adequado na área de alfabetização. O Professor Timothy ressaltou que no próximo ano este seria um dos critérios utilizados: a alfabetização com a continuidade em Educação de Jovens e Adultos, acordado inclusive entre ONG e municípios. Com relação aos recursos de EJA, é importante que haja essa demanda porque cria pressão política, embora é reconhecido que os municípios vão enfrentar um problema imenso se os trabalhos forem bem feitos. Segundo sua opinião, tanto a questão de avaliação como a de fiscalização têm que ser enfrentadas com maior seriedade. Cumprido o presente para a sessão, os trabalhos foram encerrados às treze horas pelo Professor Timothy. E para constar, eu, Célio da Cunha, Secretário-Geral, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Secretário da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, três de junho de dois mil e quatro.

Célio da Cunha

Ricardo Henriques

Jane Paiva

José Carlos Victorino de Souza

Justina Iva de Araújo Silva

Maria Aparecida Schumacher

Maria Aída Bezerra Costa

Maria Clara Di Pierrô

Maria Cristina Vargas

Neroaldo Pontes de Azevedo